



Avaliação das oportunidades no sector bancário para apoiar o desenvolvimento do mercado de energías renováveis e eficiencia energética em São Tomé e Príncipe.



Contacto

MIRN – Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais

DGRNE – Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia

Tel: +239 222 2669

<https://dgrne.org/>

https://www.facebook.com/dgrne/about/?ref=page_internal

dgrne.stp.2020@gmail.com

Validado para aprovação:



UNITED NATIONS
INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION



GREEN
CLIMATE
FUND

Com a assistência técnica e financeira da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) e Fundo Verde para o Clima (GCF) no âmbito dos projetos "Programa estratégico para promover investimentos em energias renováveis e eficiência energética no sector da eletricidade" e "Capacitação institucional para programas de investimento em energias renováveis e eficiência energética para São Tomé e Príncipe".

Equipa de projeto da ONUDI: Mr. Martin Lugmayr, Gestor de projetos, Andrea Eras Almeida, Administrador de projetos, Mr. Gabriel Lima Maquengo, Coordenador do Programa Nacional de Energia, Mr. Geisel Carvalho de Menezes, National Young Climate Professional

Índice

Introdução.....	4
Metodologia.....	5
Setor Bancário	7
Finanças sustentáveis.....	8
Desafios do setor bancário.....	13
Fragilidade do setor bancário.....	13
Contração do crédito.....	14
Liquidez e financiamento	15
Conclusão	16
Recomendações	16
Referências	18
ANEXO 1: Indicadores Prudenciais e Económicos-financeiros.....	19
ANEXO 2: Elementos contabilísticos dos Bancos em São Tomé e Príncipe/Quarto Trimestre de 2023 (montante em Dobras)	20
ANEXO 3: Lista de pessoas contactadas e entrevistadas	21

Introdução

Os planos de ação nacional para energias renováveis e eficiência energética estabeleceram metas ambiciosas para a penetração de eletricidade proveniente de fontes renováveis até 2030. A realização destes objetivos requer alterações estruturais na forma como o país produz e consome energia. Este processo de transformação da economia requer a coordenação entre os setores público e privado na disseminação da tecnologia necessária e na criação dos incentivos económicos adequados, para direcionar o investimento para os setores relevantes para a transição energética.

Embora o setor das energias renováveis e eficiência energética (ER&EE) tenha ganhado nos últimos anos alguma expressão com o aumento da capacidade elétrica instalada, há ainda um grande potencial para investimentos sustentáveis por explorar no setor. De acordo com um diagnóstico de 2021, São Tomé e Príncipe precisa¹ mobilizar 171,3 milhões de USD nos próximos 10 anos para financiar projetos de infraestrutura de geração de energias renováveis conectados à rede, sendo que 17% desse montante é necessário anualmente nos primeiros 5 anos, até 2025, reduzindo-se para 4,9 milhões de USD por ano até 2030.

Neste âmbito, tal como reconhecido nos Planos, o sistema financeiro local, em particular o sector bancário, deverá ter um papel importante na mobilização dos recursos financeiros necessários para atingir os objetivos do plano, assim como, pelo seu papel no financiamento da economia, considere os riscos inerentes às alterações climáticas na sua gestão de risco e nas suas decisões de financiamento.

Segundo um diagnóstico de 2021 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o setor financeiro local encontra-se numa fase inicial e as taxas de juro continuam elevadas, especialmente para os projetos de infraestruturas de alto risco. Devido à reduzida dimensão do mercado, ao isolamento geográfico e às incertezas regulatórias, é difícil atrair participação privada, investimento estrangeiro direto e financiamento internacional. Para além disso, os custos de investimento em projetos de grande escala tendem a ser mais elevados em pequenos estados insulares, devido aos custos de transporte e logística. A internalização desses custos torna os investimentos menos atrativos. Devido à reduzida escala dos projetos, muitos projetos frequentemente ficam abaixo dos limites de financiamento estabelecidos. Esta situação é ainda mais complicada devido à falta de instrumentos de mitigação de riscos disponíveis, como garantias, e à ausência de seguros de produtos; atrair financiamento próprio, privado, comercial ou concessional no mercado interno para projectos ER&EE é uma tarefa complexa.

A literatura reconhece ao setor financeiro local um papel crucial, uma vez que desempenha a função de intermediação financeira, facilitando a transferência de fundos

¹ Plano de Ação Nacional para Energias Renováveis (2022)
https://dgrne.org/sites/default/files/2022-06/120222_NREAP%20STP%20English.pdf

dos aforradores para os investidores. Os bancos privados são os principais intermediários financeiros em São Tomé e Príncipe, no entanto, têm tido até o momento uma participação marginal no processo de transição energética.

Segundo a American Public Power Association², o desenvolvimento do mercado de produtos e serviços de Energias Renováveis e Eficiência Energética (ER&EE) foi impulsionado a nível global pela combinação de vários fatores. Entre estes fatores destacam-se a redução do custo da tecnologia para aumentar a competitividade das fontes renováveis em relação à geração centralizada; incentivos fiscais para reduzir o capital inicial a ser investido e o custo total do projeto; metas de energias renováveis para promover o desenvolvimento de programas de incentivo à geração distribuída; alterações regulatórias para incentivar a instalação de modelos de pagamento baseados na receita do projeto e tarifação mais elevada durante os períodos de pico; e novos modelos de negócio e financiamento para reduzir o alto volume de capital inicial e melhorar a Taxa Interna de Retorno (TIR) esperada do projeto.

Em São Tomé e Príncipe, um diagnóstico da UNIDO identificou quatro principais obstáculos para o desenvolvimento do mercado de ER&EE, sendo a falta de coordenação e capacidade institucional; falta de políticas, regulamentação e quadro de incentivos coerentes das ER; falta de conhecimento e dados; falta de um quadro de qualificação e certificação para os produtos e serviços das ER; e barreiras financeiras e relacionadas com o negócio.

O Relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE), “Dinâmicas do desenvolvimento em África 2023: Investir no desenvolvimento sustentável”, destaca três prioridades para os decisores políticos do continente para mobilizar maiores investimentos para ER&EE, entre as quais a necessidade de reforçar as instituições financeiras locais e os instrumentos de mobilização dos recursos para os projetos de energias renováveis.

O Plano de Ação Nacional para Energias Renováveis (PANER) e o Plano de Ação Nacional para Eficiência Energética (PANEE), para além dos objetivos e metas estabelecidas para serem alcançadas até 2030 e 2050, identificaram também medidas e programas específicos para impulsionar o envolvimento do setor financeiro. No entanto, é importante adaptar essas iniciativas ao contexto único do país e às características do setor bancário local, levando em conta fatores como o tamanho do mercado, a disponibilidade de recursos, a infraestrutura financeira existente, a evolução do ambiente regulatório e económico do país, bem como as necessidades específicas do setor financeiro.

Metodologia

Este relatório analisa indicadores prudenciais e económicos-financeiros do setor bancário de São Tomé e Príncipe, com enfoque nos critérios de solidez, liquidez e

² CEBDS, 2016, Financiamento à Energia Renovável, <http://energif.mec.gov.br/images/materiais/materiais11.pdf>

estabilidade de financiamento, para avaliar a capacidade do setor para financiar pequenos, médios e grandes projetos de ER&EE em São Tomé e Príncipe. Os dados utilizados neste relatório, à data de 13 de Janeiro de 2024, foram obtidos através de bases de dados³ publicadas pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Neste estudo, a solidez dos bancos é avaliada através de indicadores como i) o rácio entre o crédito malparado (NPL - non-performing loans) e o crédito total, ii) o rácio de adequação dos fundos próprios (rácio CAR - capital adequacy ratio) e iii) a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE - return on equity):

O rácio NPL indica a relação entre o valor nominal dos empréstimos de mau desempenho e o crédito total. Em São Tomé e Príncipe, considera-se que um empréstimo tem mau desempenho quando as respetivas prestações não são pagas há mais de 90 dias. O rácio evidencia o nível de deterioração da qualidade dos empréstimos concedidos pelos bancos. Quanto mais elevado for o rácio, pior a qualidade dos ativos e, conseqüentemente, mais elevadas as perdas esperadas.

O rácio CAR evidencia a solvabilidade dos bancos. Representa a relação entre o valor dos fundos próprios regulamentares (ou seja, instrumentos de fundos próprios reconhecidos pela regulamentação vigente no setor bancário) e o valor dos ativos ponderados em função do risco. É um indicador da capacidade dos bancos para absorverem perdas. Quanto mais elevado for o rácio, maior a capacidade dos bancos para absorver perdas sem comprometer a sua solvabilidade.

O rácio RoE indica a relação entre o rendimento líquido dos bancos (ou seja, lucros após impostos) e o total de fundos próprios. É um indicador da rentabilidade global dos bancos. Uma rentabilidade elevada significa que os bancos se encontram numa situação favorável para aumentar a sua reserva de fundos próprios num futuro próximo, nomeadamente através dos lucros retidos.

A liquidez e estabilidade de financiamento pode ser avaliada através do rácio de transformação de depósitos em empréstimos. O rácio LTD indica a relação entre o valor total dos empréstimos concedidos pelos bancos e o valor total dos depósitos que estes receberam dos clientes. Por outras palavras, indica a percentagem da carteira de empréstimos que se encontra coberta por depósitos, considerados como uma fonte de financiamento estável, sendo por isso um indicador que ajuda a avaliar se o financiamento dos bancos é estável.

Para contextualizar a análise, foram consultados e entrevistados quadros técnicos do sector financeiro, em particular da Direcção de Estudos Económicos do Banco Central de São Tomé e Príncipe, do Conselho de Administração e do corpo directivo do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, Afriland e BGFI.

³ Indicadores prudenciais e económico-financeiros do sector bancário, publicados pelo Banco Central, https://bcstp.st/Upload/New_DOC/SB/Indicadores.xlsx

Setor Bancário

O Sistema Bancário Nacional é constituído por um Banco Central com funções de supervisão, dois bancos comerciais e de investimentos e 2 bancos comerciais. A capacidade do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) de supervisionar o sistema bancário tem melhorado de forma gradual, mas permanece limitada.

O BCSTP iniciou um programa de reformas do quadro legal e regulamentar. Em particular, elaborou uma Estratégia para Redução de Crédito Mal Parado, um Plano de Acção para o Desenvolvimento do Setor Financeiro, uma Estratégia para Inclusão Financeira, instituiu um novo Regime Jurídico da Central de Risco de Crédito e uma nova Lei de Resolução Bancária que estabelece um quadro de ações rápidas de correção e resolução de instituições em dificuldades, representando um avanço em relação às disposições do diploma anterior limitadas às opções de administração e liquidação⁴.

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP) é o primeiro banco comercial do país e foi durante vários anos o único banco comercial de capital misto a operar em São Tomé e Príncipe. O BISTP é detido maioritariamente pelo Governo, seguido pela Caixa Geral de Depósitos de Portugal e pelo Banco Angolano de Investimentos de Angola.

Embora no passado houvesse discussões sobre as possibilidades de redução da participação acionista do Governo no BISTP, o banco permanece predominantemente público e domina o mercado com cerca de 2/3 do total dos depósitos, metade dos ativos e da rede de agências bancárias e mais de 3/4 de todos os depósitos em moeda estrangeira⁵. O banco BISTP tem um capital social de 7,0 milhões USD. Em meadas de 2017, o BISTP obteve licença para funcionar como Banco Comercial e de Investimento.

Tabela 1: Resumo dos Dados do Sistema Bancário de São Tomé e Príncipe

Banco	Activos (milhões de USD)	Percentage m de quota de mercado (%)	Creditos em percentagem de activos (%)	Agencias	Clientes	Quota Accionista Doméstica	Quota Accionista Estrangeira	País de origem dos Accionistas Estrangeiros
BISTP	142,8	61,5%	22,2	11	60 895	48	42	Angola, Portugal
Afriland	35,6	15,4%	40,22	3	17 863	-	100	Camarões
BGFI	35,1	15,1%	20,8	1	2 333	-	100	Gabão
Ecobank	18,6	8,0%	12,9	1	5 503	-	100	Togo, Gabão, Nigeria, Costa do Marfim
TOTAL	232	100%	96	16	86 594			

Fonte: BCSTP, 2024

⁴ Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector Financeiro: 2017-2019

⁵ RDSTP (2016) Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector Financeiro: 2017-2019

https://bcstp.st/upload/documentos/organizacao_documental/padsf_final_dezembro2015.pdf

O *Afriland First Bank São Tomé e Príncipe* é uma unidade bancária do grupo financeiro Camaronês Afriland First Group e abriu a primeira agência no país em 2003, logo a seguir a liberalização do sistema bancário no início da década de 2000. A seguir ao BISTP, Afriland é a entidade bancária número dois no mercado financeiro local em varias métricas, incluindo dimensão da rede de agências, total depósitos, total de ativos, número de clientes e quota de mercado, exceptuando capital social. Afriland tem um capital social de 7,2 milhões USD. A distancia em relação a primeira entidade financeira é significativa, por exemplo, o Afriland detem 13% da rede de agencias para servir cerca de 6% dos clientes.

O banco *Ecobank STP* foi constituído em 2007, quatro anos após Afriland, com participação maioritária do grupo de origem Togolesa, Ecobank Transnational Incorporated, mas também participação accionista de capital da Nigéria, Gana e Costa do Marfim, detentores de uma licença do BCSTP emitida no mesmo ano para operar no mercado local como banco comercial. O banco tem um capital social de 9,1 milhões de USD.

Quanto ao BGFI Bank STP, surgiu no mercado em 2012, com uma licença do BCSTP para operar na capital de São Tomé como o primeiro banco comercial e de Investimento. O Banco BGFI tem participação accionista maioritária do grupo financeiro sub-regional BGFI Holding Corporation de origem gabonesa, presente em 11 países. O BGFI tem um capital social de 9,4 milhões de USD. O BGFI tem uma carteira de clientes pequena, mesmo quando comparada com o Afriland.

Todos os bancos locais são subsidiárias de instituições bancárias internacionais. A Caixa Geral de Depósitos de Portugal e Afriland First Bank SA de Camarões são as maiores instituições financeira nos respectivos mercados de origem, enquanto o Banco Angolano de Investimentos de Angola, o BGFI do Gabão e o Ecobank Transnational Incorporated do Togo estão também entre as maiores. Visto que os mercados de origem dos bancos proprietários das participações são mercados mais diversificados e de maior dimensão, os bancos acionistas possuem mais experiência na gestão de produtos financeiros e carteiras de crédito de ER&EE, do que as subsidiárias em São Tomé e Príncipe.

Finanças sustentáveis

A liderança do setor público foi fundamental para o envolvimento articulado do sistema financeiro são-tomense com as questões das finanças sustentáveis. Um marco importante foi estabelecido em 2021, com a elaboração da Estratégia⁶ Nacional de Inclusão Financeira (ENIF), liderada pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), que se tornou na principal plataforma política para as finanças sustentáveis no país.

⁶ Estratégia Nacional para Inclusão Financeira 2021-2025, BCSTP, URL: <https://www.afi-global.org/wp-content/uploads/2021/08/National-Financial-Inclusion-Strategy-STP1.pdf>

A ENIF reconhece o papel do setor financeiro para a construção da resiliência às mudanças climáticas; dedica um pilar estratégico do plano de ação às políticas de finanças verdes; articula uma definição oficial de finanças verdes e um conjunto de medidas para fortalecer o papel do setor bancário na transição para uma economia verde.

De acordo com a ENIF, o financiamento verde inclusivo abrange um conjunto de políticas destinadas a mitigar e fortalecer a resiliência diante dos impactos ambientais, sociais e económicos das mudanças climáticas. As políticas que compõem o pilar de finanças verdes da ENIF têm um objetivo geral de impulsionar a transição para uma economia verde e três objetivos específicos, sendo: i) assegurar a disponibilidade de serviços e produtos financeiros para fortalecer a resiliência aos impactos das mudanças climáticas; ii) estabelecer indicadores de medição padronizados; e iii) implementar políticas de prevenção de riscos climáticos no setor financeiro. Para isso, a ENIF perspectiva reforçar o quadro regulatório com a implementação de quota de crédito para investimentos climáticos, incentivo a financiamento verde para PMEs, produtos financeiros sustentáveis para diversas atividades, quadro regulatório para dados de finanças verdes e regulação para prevenir riscos climáticos financeiros.

Tabela 2: Matriz de políticas de finanças verdes

OBJETIVO ESPECÍFICO	ACÇÃO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	INDICADOR DE CUMPRIMENTO
Assegurar a disponibilização de serviços e produtos financeiros que permitam mitigar e constituir resiliência aos impactos das mudanças climáticas	Definição e implementação de uma quota da carteira de crédito das instituições financeiras destinada a investimentos que concorram para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas	2021-23	% de investimentos verdes financiados pelo setor financeiro formal.
	Subvenção de taxas de juros para financiamento de produtos verdes (transformação de produtos e resíduos, construção civil, artesanato, reflorestação, energia, etc) a particulares e micro e pequenas empresas (cleantech)	2022-2025	
	Criação de produtos e serviços financeiros específicos para atividades ambientalmente sustentáveis e de adaptação às mudanças climáticas (gestão de resíduos sólidos, reciclagem, agricultura, pescas, florestas, pecuária, etc); linhas de crédito, fundos de garantia de crédito, soluções de poupança e seguros.	2022-2025	
Definir indicadores padronizados de mensuração	Adoção do quadro regulatório que estabeleça a obrigatoriedade de recolha, análise e utilização dos dados relativos às finanças verdes.	2021-2022	Dados padronizados sobre finanças verdes.

Adotar políticas de prevenção de riscos climáticos no setor financeiro	Adoção do quadro regulatório de prevenção de riscos climáticos no setor financeiro.	2022-24	Quadro sobre a gestão dos riscos climáticos no setor financeiro criado e implementado.
--	---	---------	--

Fonte: Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, 2021

O Plano de Ação Nacional para Energias Renováveis (PANER) e o Plano de Ação Nacional para Eficiência Energética (PANEE), embora com foco no setor das Energias Renováveis e Eficiência Energética (ER&EE), propõem também medidas complementares, orientadas para reforçar as instituições financeiras e os instrumentos de mobilização dos recursos para projetos.

Tabela 3: Medidas para desenvolvimento de mercado, financiamento e incentivos

Tipo de medida	Descrição da medida
Desenvolvimento do mercado (Regulatório e Legal)	Regulamentar um sistema de compensação energética para incorporação de painéis fotovoltaicos e de energia solar térmica em projetos de infraestruturas imobiliárias públicas e privadas.
Desenvolvimento do mercado (Mecanismos de incentivo e garantias)	Criar incentivos e mecanismos financeiros para atrair investimentos em ER para projetos de grande escala, bem como, para sistemas autônomos de geração.
	Realizar uma análise de mercado e identificar os modelos de negócios de ER&EE que melhor se adaptem ao contexto de STP por forma de incentivar os investimentos em ER & EE no âmbito privado local e internacional.
	Criar sistemas de garantias para sistemas geradores baseados em fontes renováveis, bem como, para sistemas autônomos de geração, por parte do Estado e de instituições internacionais credíveis e reconhecidas.
	Facilitar o acesso ao crédito para agricultores (com ênfase nas mulheres) visando a instalação de sistemas solares FV de até 10 MWp e ou outros tipos de sistemas de ER em suas propriedades para uso produtivo.
Criação de soluções de financiamento adaptadas para projetos de EE	Criar sistemas de incentivos para financiamento de sistemas que incluam EE, em parceria com a banca e investidores privados.
Criação de incentivos para aumentar o acesso a aparelhos eficientes	Criar incentivos fiscais e financeiros para encorajar os consumidores (indivíduos e organizações) a rejeitar o uso de aparelhos ineficientes e a adotar equipamentos mais eficientes.

Fonte: PANER e PANEE, 2021

Se o envolvimento do setor público ocorreu através da coordenação das principais iniciativas, o engajamento do setor privado foi espontâneo, através da criação de produtos financeiros. Em 2018, o BISTP lançou um produto financeiro com taxas de juro mais competitivas para financiar projetos de aquisição e instalação de equipamentos de Energias Renováveis (ER), como energia solar, eólica e hídrica. A programação interna do BGFI e Afriland contemplam também alocação indicativa de

recursos para o setor de ER, embora não disponham de produtos financeiros específicos e as condições de financiamento estejam sujeitas à avaliação previa do projeto.

No entanto, apesar de o país ter demonstrado avanços no âmbito político, evidenciados pela elaboração da ENIF, PNAER e PNAEE, tais progressos ainda não se refletem de forma integral no cenário regulatório e no mercado. Está em curso o processo de implementação do quadro regulatório para a padronização da coleta de dados estatísticos, bem como a taxonomia verde, que se insere no contexto das iniciativas para a prevenção de riscos climáticos no setor financeiro. No entanto, nenhuma medida delineada no Plano de Ação da ENIF foi até o momento concluída integralmente. O mesmo acontece em relação as medidas financeiras propostas pela PNAER e PNAEE.

O acesso a financiamento comercial continua a ser um dos principais desafio para o desenvolvimento do mercado de produtos e serviços de ER&EE em STP. Não existem dados estatísticos consolidados sobre crédito contraído na banca comercial para projetos de ER&EE. As estatísticas oficiais publicadas pelo Banco Central classificam o financiamento comercial em sete setores: Agricultura e pesca, industria, construção, comercio, turismo, consume e outros.

Tabela 4: Evolução crédito comercial, por setor (USD)

Sector	2 011	2 018	2 019	2 020	2 021	2 022
Agricultura e pesca	616 410	716 225	2 175 033	2 124 436	1 449 111	1 293 612
Indústria	12 123 605	3 489 497	2 777 650	2 543 900	2 442 229	613 390
Construção	20 743 266	23 039 566	22 372 911	22 753 502	21 385 090	18 335 768
Comércio	26 511 155	11 917 631	11 316 665	11 685 248	10 411 061	4 502 898
Turismo	8 453 128	143 724	105 123	170 692	149 971	151 387
Consumo	21 282 286	15 069 846	12 130 554	11 958 506	11 677 310	13 599 569
Outros	2 111 582	9 783 601	11 540 070	9 623 735	7 605 045	18 659 574

Fonte: BCSTP, 2023

O financiamento comercial dos bancos é utilizado essencialmente no setor da habitação, comercio e consumo. O setor industrial recebe pouco financiamento do crédito comercial via bancos. Segundo dados do Banco Central, referentes a 2020, apenas 4% de 55,1 Milhões de USD disponibilizados foram direcionados para o setor industrial. O financiamento para habitação é muito superior, cerca de 37% do crédito líquido total.

O baixo volume do crédito comercial à industria é ainda mais evidente quando se compara o montante financiado e o produto interno bruto (PIB). A participação do crédito comercial à industria oscila entre 1% a 5% do PIB total. A procura por essa linha de financiamento tem reduzido significativamente nos últimos anos. Dados do Banco Central mostram que na última década, o financiamento disponibilizado para a industria caiu 79%, atingindo 2,5 milhões USD em 2020, no mesmo periodo em que o credito total liquido à economia apenas caiu 19%.

A deterioração das condições macroeconómicas, devido às recentes crises mundiais, tiveram efeitos profundos na oferta e procura de financiamento. O crédito líquido a economia caiu em 2020, invertendo a tendência de crescimento dos últimos anos. Entre 2019-2022, o crédito comercial para “Outros” cresceu mais do que todos os outros setores (72,6%), enquanto agricultura e pesca, indústria, construção e comércio caíram, respectivamente -36,51%, -76,4%, -12,5% e -57,5%.

De acordo com a análise realizada, as condições regulatórias essenciais para fomentar investimentos verdes ainda não estão estabelecidas. Como resultado, o país ainda não dispõe de um mercado financeiro robusto o suficiente para apoiar o setor de Energias Renováveis e Eficiência Energética (ER&EE). Atualmente, a maioria dos bancos não possui projetos de ER&EE em sua carteira de crédito, nunca firmaram contratos de financiamento para projetos nessa área, nem receberam solicitações de financiamento para análise. Além disso, os poucos contratos de financiamento de ER&EE registrados no setor até o momento têm apresentado um nível de sucesso extremamente limitado.

O crédito para energias renováveis do banco BISTP foi lançado em 2018 e é o único produto financeiro disponível no mercado para financiar ER&EE, no entanto tem uma procura muito reduzida pelos clientes do banco. Dados do BISTP indicam que nos últimos 3 anos, o banco rubricou apenas três contratos de créditos com unidades hoteleiras e particulares para financiar aquisição de equipamentos de ER&EE, sendo um contrato em 2021 no montante de USD 63.629 e dois em 2023, de USD 31.814 e USD 8.908, respetivamente. A carteira de crédito do Afriland e do BGFI não tem projetos de ER&EE. Em 2015, o banco Afriland financiou um projeto de instalação de uma central mini-hídrica, mas que entrou em incumprimento antes da operação.

Desafios do setor bancário

Fragilidade do setor bancário

São Tomé e Príncipe tem um sistema financeiro de pequena dimensão. Em 2020, os ativos totais do setor bancário atingiram 420,6 milhões USD (87% do PIB do ano), um aumento de 39% em relação a 2011. A estrutura de ativos do setor, medida pelo total de capital próprio, total crédito e total depósito, aumentou consecutivamente nos últimos anos, atingindo o máximo histórico de 420,7 Milhões de USD, em 2021.

Tabela 5: Estrutura de ativos (valores em USD)

Estrutura de activos	2011	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total Activos	154 622 484	183 037 589	196 791 510	194 832 207	207 880 459	207 540 764	183 592 391
Total Creditos	92 003 885	58 132 437	64 160 090	62 418 005	60 860 020	55 119 817	57 156 198
Total Depósitos	84 179 443	122 855 655	136 584 620	136 296 323	151 946 324	158 052 320	149 607 909
TOTAL	330 805 812	364 025 682	397 536 221	393 546 535	420 686 803	420 712 901	390 356 499

Fonte: BCSTP, 2023

Análises recentes da economia destacam a fragilidade do setor bancário, especialmente em relação ao crédito malparado. O relatório do FMI⁷ de 2016 apontou níveis preocupantes nesse sentido. A maior instituição bancária no mercado é a única que apresenta um rácio de empréstimos malparados⁸ inferior a 10%. Em dois casos, este rácio chega a quase 50%, ao passo que, nos restantes bancos, os empréstimos malparados variam entre 20% e 30%. Segundo um diagnóstico⁹ do Governo do mesmo ano, a atividade bancária no país não é lucrativa, exceto para a instituição dominante.

O setor bancário sofreu coletivamente perdas persistentes todos os anos desde 2012. Só a partir de 2020, a rentabilidade do setor bancário retomou valor positivo, após quase uma década em que o mesmo operou com perdas consecutivas. Em 2013 as perdas foram de 10%, em 2014 de 16% e em 2015, 30%. Para além disso, o setor bancário santomense é altamente concentrado, os dois maiores bancos concentram 84% da carteira de créditos e 78% dos depósitos.

Tabela 6: Indicadores de solidez

	2011	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Rácio de adequação de capital (CAR)	42%	33%	31%	29%	29%	32%	36%
Rácio do Crédito Malparado (NPR)	20%	25%	25%	27%	30%	28,6%	8,1%
Retorno dos capitais próprios (ROE)	2%	-3%	-1%	-1%	4%	9,1%	12,6%

⁷ Staff Report de 2016 do FMI, https://www.imf.org/~media/Websites/IMF/imported-publications/external/lang/portuguese/pubs/ft/scr/2016/_cr16174p.ashx

⁸ Uma Estratégia Redução Crédito Mal Parado e um Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector Financeiro foram elaborados em 2016.

⁹ RDSTP (2016) Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector Financeiro: 2017-2019 https://bcstp.st/upload/documentos/organizacao_documental/padsf_final_dezembro2015.pdf

Antes de 2020, o Rácio de Adequação de Capital (CAR) e o Rácio do Crédito Malparado (NPR) registram uma degradação, enquanto Retorno dos Capitais Próprios (ROE) estagnou. Esta tendência, contudo, inverteu-se a partir de 2020. O crédito malparado, por exemplo, atingiu em 2022 o nível mais baixo desde o início dos registros, revertendo a tendência de degradação observada na última década, o que indica um fortalecimento na qualidade dos ativos da maioria dos bancos e, conseqüentemente, dos resultados.

Devido aos múltiplos desafios que enfrenta, são recorrentes situações de tensão regulatória no setor financeiro, evidente no número de falências e intervenções coercivas de supervisão. Estas fragilidades, verificadas ao longo dos últimos anos, levaram a intervenções do BCSTP em três bancos comerciais, colocados sob a administração direta do regulador (Banco Equador, Commercial Bank e Island Bank), devido a incumprimentos dos requisitos mínimos de capital, e a falência de vários bancos (National Investment Bank, Island Bank, Banco Equador, Banco Privado e do Energy Bank), decretadas pelo BCSTP, resultando na redução para metade do número de bancos no mercado financeiro, de 8 para 4 bancos.

Todavia, com a saída das instituições mais frágeis e menos eficientes do sistema, a rentabilidade do setor melhorou, embora os indicadores históricos de rentabilidade continuem a apontar para uma fragilidade generalizada, uma vez que apenas o Banco BISTP apresenta resultados acumulados positivos, enquanto os outros continuam a apresentar resultados negativos, que acabaram por corroer o capital social dos mesmos.

Contração do crédito

Embora o crédito seja um produto financeiro central no sistema financeiro local, o acesso ao crédito bancário é difícil devido às elevadas taxas de juros, que variam entre 16% e 26%. Essas taxas elevadas representam um obstáculo significativo para os indivíduos e empresas que procuram financiamento, limitando assim o potencial de crescimento económico do país.

Em São Tomé e Príncipe, as altas taxas de juros refletem uma interação complexa de fatores macroeconómicos e institucionais. A falta de concorrência no setor bancário desempenha um papel significativo, já que os bancos têm menos incentivos para reduzir as taxas em um ambiente de baixa competição. Além disso, a percepção de risco elevado por parte dos bancos, devido à instabilidade política e económica, mantém as taxas elevadas. A ineficácia do sistema judicial, especialmente na resolução de litígios de crédito, também contribui para esse cenário, agravado pelo endividamento do governo e a escassez de crédito.

O crédito comercial à economia reduziu significativamente nos últimos anos. Segundo dados do Banco Central, o total crédito líquido concedido pelos bancos caiu, de 92,0

milhões USD em 2011 para 57,1 milhões USD em 2022. O baixo volume do crédito comercial à economia é evidente quando se compara o montante financiado e o produto interno bruto (PIB). O crédito líquido em percentagem do PIB contraíu, de 40% em 2011 para 11% em 2022.

Liquidez e financiamento

A estrutura de financiamento dos bancos de São Tomé e Príncipe não é estável. O rácio LTD do mercado bancário é largamente inferior a 100% em todos os anos em que há registo. O rácio LTD mediano dos quatro bancos do mercado desceu significativamente, passando de 70% em 2014 para 40% em 2022.

Tabela 7: Indicadores de liquidez e financiamento

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Rácio de Transformação (LTD)	70%	63%	63%	60%	60%	59%	53%	47%	40%
Rácio de activos líquidos	46%	52%	55%	44%	50%	41%	49%	72%	73%

Fonte: BCSTP, Indicadores do Sistema Bancário, 2023

Na maioria dos anos os depósitos cresceram a um ritmo mais rápido do que dos empréstimos, indicação de elevada liquidez no mercado.

Conclusão

Apesar de apresentar níveis capitalização e liquidez relativamente satisfatórios, o sistema bancário santomense confronta-se com uma persistente contracção do crédito a economia e níveis elevados de Crédito Mal Parado, contribuindo para a degradação dos indicadores de solvabilidade e rentabilidade das instituições bancárias.

Os desafios atuais estão relacionados com spreads elevados de taxas de juro, falta de entendimento sobre as necessidades financeiras das Micro, Pequenas e Médias Empresas e constrangimentos relacionados com questões de acesso, devido a limitada cobertura geográfica da rede de agências bancárias e pela escassez de serviços bancários através de agentes e plataformas móveis. Para além disso, todas instituições entrevistadas durante o diagnóstico afirmaram que a ineficácia do sistema de justiça, em particular dos Tribunais, no tratamento dos processos em contencioso de crédito tem sido o maior entrave no processo de recuperação de créditos em incumprimento.

De acordo com a análise realizada, é possível afirmar que as condições regulatórias essenciais para fomentar investimentos sustentáveis também carecem de uma estruturação adequada. Os financiamentos para energias renováveis disponibilizados pela maioria dos bancos comerciais consistem em empréstimos convencionais. Uma exceção notável é o BISTP, que desde 2018 oferece linhas de financiamento de menor custo destinadas à área de Energias Renováveis e Eficiência Energética (ER&EE).

Atualmente, a maioria dos bancos não tem projetos de ER&EE em sua carteira de crédito. Além disso, os poucos contratos de créditos firmados para financiar projetos neste setor têm demonstrado um sucesso extremamente limitado. Para além da disponibilidade de financiamento comercial ser limitada, a debilidade do sistema financeiro, aliada à inexistência de linhas de crédito específicas, dificultam ainda mais o acesso ao crédito por parte de investidores privados.

Embora o país tenha registrado avanços significativos no campo político, exemplificados pela elaboração da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF), do Plano de Ação Nacional para Energias Renováveis (PANER) e do Plano de Ação Nacional para Eficiência Energética (PANEE), esses progressos ainda não se refletem no cenário regulatório e de mercado. Os planos e estratégias são recentes e as medidas de política que propõem ainda não foram totalmente implementadas.

Recomendações

Com base na análise realizada, são apresentadas a seguir algumas recomendações destinadas a fortalecer o quadro regulatório do sector financeiro e mobilizar os recursos e investimentos necessários para o desenvolvimento do setor de Energias Renováveis e Eficiência Energética em São Tomé e Príncipe.

- Acelerar a implementação de políticas para fortalecer o quadro regulatório do setor financeiro, alinhadas com a ENIF, o PANER e o PANEE, integrando considerações

sobre ambiente e risco climático nas operações do sector. O objetivo é prevenir riscos climáticos no sector financeiro e promover investimentos e práticas que contribuam para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, garantindo acesso e disponibilidade de serviços financeiros sustentáveis para diversos setores e segmentos da economia.

- Aproveitar a experiência coletiva dos bancos acionistas (Caixa Geral de Depósitos de Portugal, Afriland First Bank SA de Camarões, Banco Angolano de Investimentos de Angola, BGFI do Gabão e Ecobank Transnational Incorporated do Togo) que operam em mercados mais amplos para replicar experiências de sucesso ou catalisar o desenvolvimento de produtos financeiros e carteiras de crédito adaptadas às necessidades locais. Para além disso, promover a cooperação com iniciativas regionais, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)/Associação Lusófona de Energias Renováveis (ALER) e programas regionais da Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEREEAC). Essas sinergias não só enriquecerão as capacidades locais, mas também poderão abrir novas oportunidades para o crescimento do setor financeiro e energético de São Tomé e Príncipe.
- Fomento de um ambiente propício para o aumento da quantidade e qualidade dos projetos de energia renovável, com foco na organização e capacitação de associações e grupo de micros, pequenos e medios empresarios de energia renováveis. Neste domínio, no quadro do Programa de Apoio Preparatório da GCF, a UNIDO pretende auxiliar o Governo na criação de um mecanismo empreendedor que oferecerá serviços para o desenvolvimento de negócios de energia sustentável e startups. Esta a ser considerada a possibilidade de GCF fornecer financiamento concessional ao portefólio de projeto das Energias Renováveis.
- Apoio à DGRNE na coordenação e atração de investimento privado e estrangeiro direto para o setor de ER&EE, incluindo o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Promoção da harmonização entre doadores e coordenação sob a Plataforma Estratégica de Energia e o Comité Consultivo do Programa de Transição Sustentável de Energia (CC-PTSE), visando uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.
- Fortalecimento da coordenação entre diferentes entidades governamentais e setores relevantes, incluindo bancos, setor empresarial, por meio da realização de reuniões regulares para consulta mutua e concertação relacionados a implementação de programa de investimentos em ER&EE.

Referências

DGRNE (2022), National Renewable Energy Action Plan (NREAP) of São Tomé and Príncipe, https://dgrne.org/sites/default/files/2022-06/120222_NREAP%20STP%20English.pdf

ALER/STP Government (2019) Relatório Nacional do Ponto de Situação das Energias Renováveis e Eficiência Energética em São Tomé e Príncipe; https://dgrne.org/sites/default/files/2022-11/ALER%20Relatorio%20S.Tom%C3%A9_v2-10092019_0.pdf

BCSTP (2016) Estratégia para Redução de Crédito Mal Parado 2016 – 2019; https://bcstp.st/Upload/New_DOC/SB/Estrategia_Reducacao_CMP.pdf

RDSTP (2016) Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector Financeiro: 2017-2019
https://bcstp.st/upload/documentos/organizacao_documental/padsf_final_dezembro2015.pdf

OCDE, s/d, Dinâmicas do desenvolvimento em África 2023: Investir no desenvolvimento sustentável
<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/1772dc24-pt/index.html?itemId=/content/component/1772dc24-pt>

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/707521474550469708/pdf/AUS15036-WP-P150418-PUBLIC-ABSTRACT-SENT-STPFSDIPENFINAL.pdf>

Evolução da Actividade Bancária Dez. 2019
https://bcstp.st/Upload/New_DOC/SB/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20S.%20Banc%C3%A1rio%20Dez.19.pdf

UNIDO (2020) Capacitação institucional para programas de investimento em energias renováveis e eficiência energética para São Tomé e Príncipe, <https://downloads.unido.org/ot/26/66/26664104/210122%20GCF%20Readiness%20Proposal%20STP%20final%20low%20Portuguese.pdf>

ANEXO 1: Indicadores Prudenciais e Económicos-financeiros

Indicadores Prudenciais e Económico-financeiros		RESULTADO										
Descrição	Período 31 Março 2021											
CAPITAL	FÓRMULA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Rácio de Alavancagem	Capitais Próprios/Activo Total	31%	21%	21%	19%	19%	20%	22%	18%	17%	16%	
Rácio de Solvabilidade	Fundos Próprios/Activos Ponderados pelo Risco	42%	23%	24%	23%	24%	28%	33%	31%	29%	29%	
Tier1 Capital	Fundos Próprios Base/Activos Ponderados pelo Risco	29%	20%	16%	18%	15%	25%	31%	29%	27%	27%	
QUALIDADE DE ACTIVOS												
Rácio de Crédito em Incumprimento(NPL)	Crédito em Incumprimento (Bruto)/Crédito Total (Bruto)	19,8%	23,8%	16,9%	19,1%	29,8%	27,1%	24,9%	24,6%	26,7%	29,6%	
Rácio de Cobertura NPL	Provisões para Crédito em Incumprimento/Crédito em Incumprimento	56,3%	61,1%	82,2%	68,0%	77,9%	79,4%	87,8%	86,4%	87,6%	83,7%	
GESTÃO												
Custo de Estrutura	Custos Operacionais/Produto Bancário	0,0%	0,0%	100,4%	106,9%	116,7%	81,2%	74,7%	70,1%	79,3%	79,2%	
Custo de Funcionamento	Custos Administrativos/Produto Bancário	0,0%	0,0%	40,0%	40,3%	40,5%	30,5%	27,8%	27,2%	30,8%	28,6%	
RESULTADOS												
Rácio da Margem Financeira	Margem Financeira/Activos Produtivos Médios											
Rendibilidade do Activo (ROA)	Resultados Líquidos/Activos Médios	0,6%	-0,1%	-2,0%	-3,0%	-4,7%	0,0%	-0,7%	-0,2%	-0,2%	0,7%	
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	Resultados Líquidos/Capitais Próprios Médios	2,2%	-0,3%	-9,6%	-15,9%	-30,3%	-0,2%	-2,7%	-1,0%	-1,3%	4,1%	
LIQUIDEZ												
Rácio de Activos Líquidos	Activos Líquidos/Activo Total	20,4%	37,8%	40,8%	45,8%	52,1%	54,8%	43,6%	50,4%	41,3%	49,4%	
Rácio de Transformação	Crédito Total/Depósitos Totais	0,0%	0,0%	0,0%	69,6%	62,9%	62,7%	60,2%	59,8%	59,5%	53,0%	
Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo	Activos Líquidos/Passivos de Curto Prazo											
Liquidez NAP 4/2007		31%	49%	49%	58%	62%	71%	58%	63%	49%	58%	

Fonte: Banco Central

ANEXO 2: Elementos contabilísticos dos Bancos em São Tomé e Príncipe/Quarto Trimestre de 2023 (montante em Dobras)

Ano de Abertura	1993	2003	2007	2012
RÚBRICAS				
TOTAL DE BALANÇO	3 161 459 505,73	792 648 540,14	413 784 857,04	780 953 182,65
TOTAL DE DEPOSITO	2 510 031 383,86	501 692 688,62	265 034 017,71	560 533 895,77
TOTAL DE CRÉDITO	801 851 771,94	328 663 032,16	53 386 987,05	168 096 390,57
PROVEITO	361 364 509,34	80 706 279,79	36 703 419,94	67 479 093,43
CUSTOS	283 314 722,93	68 363 426,02	33 806 184,07	47 749 251,76
RESULTADO DO EXERCÍCIO	78 049 786,41	12 342 853,77	2 897 235,87	7 962 172,97
RESULTADO ACUMULADO	279 651 644,00	-54 928 999,36	-127 219 405,32	-37 014 221,24
CAPITAL SOCIAL	166 600 000,00	171 500 000,00	216 512 095,00	222 950 149,45
FUNDOS PRÓPRIOS	524 301 430,41	125 029 825,05	95 251 236,00	196 369 407,41
TOTAL DE COLABORADORES	137	38	18	31
TOTAL DE AGÊNCIAS	10	3	1	1
TOTAL DE ATM	33	3	2	7
TOTAL DE POS	481	79	38	75
TOTAL DE CLIENTES	97 610	17 863	5 503	2 332
TOTAL DE CONTAS ACTIVAS	87 963	19 696	3 440	2 398

Fonte: ASB/Associação Santomense de Bancos (dados fornecidos por cada Banco)

ANEXO 3: Lista de pessoas contactadas e entrevistadas

Banco Central de S.Tomé e Príncipe

Dr. Gessy do Espírito Santo, Director de Estudos Económicos

Dr. Osiris Fernandes Costa, Analista Macroeconómico da Direcção de Estudos Económicos

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe

Dr. Lucamba Magalhães, Administrador Executivo

Dr. Francisco Piedade, Administrador

Dra. Ronisia Santana, Directora Comercial

Dr. Ausónio Rosa Silva, Gabinete de Riscos, Organização e Normas - GRN

BGFI

Dra. Josséphine Makanga EP Tchicaya, Directora-Geral Adjunta

Dr. Arnand Okias, Responsavel informático

Dra. Marlene Dias, Responsavel comercial

Afriland First bank STP

Dr. Rainer Arnold Carvalho Perreira, Chefe Divisão de Risco